

NOTAS EXPLICATIVAS

EMPRESA: PORTO PRAIA NORTE OPERAÇÕES PORTUÁRIAS E SERVIÇOS LOGÍSTICOS S/A

CNPJ: 13.002.778/0001-81

NIRE: 17300003123

Data Nire: 09/04/2013

END.: Avenida Interna Rio Tocantins - Complexo Portuário PN, nº 200 - Bairro Industrial

CEP: 77.970-000 - Praia Norte/TO

PERÍODO DA DEMONSTRAÇÃO: 01 de Janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

INTRODUÇÃO ÀS NOTAS EXPLICATIVAS E CONTEXTO OPERACIONAL

A **PORTO PRAIA NORTE OPERAÇÕES PORTUÁRIAS E SERVIÇOS LOGÍSTICOS S/A**, inscrita no CNPJ/MF nº 13.002.778/0001-81, constituída em 09 de abril de 2013, conforme registro na Junta Comercial sob NIRE nº 17300003123, e estabelecida na Avenida Interna Rio Tocantins – Complexo Portuário PN, nº 200 - Bairro Industrial - CEP: 77.970-000 - Praia Norte - TO, foi estruturada com o propósito de atuar no segmento de infraestrutura logística e operações portuárias, inserindo-se em um contexto estratégico de desenvolvimento regional e integração multimodal no eixo Norte do Brasil.

Desde sua constituição, a Companhia vem promovendo a formação de uma base patrimonial e operacional consistente, direcionando investimentos relevantes à implantação de ativos logísticos e portuários, compatíveis com empreendimentos de natureza intensiva em capital e com ciclo de maturação que dependia da Política Pública Estadual de abertura de trecho navegável pelo **“Pedral do Lourenço”**, cujas licenças ambientais públicas foram liberadas no início de 2026 e cujas obras de médio e longo prazo, tanto pela formatação do complexo portuário quanto para a evolução do negócio, segundo avaliação da Administração é condicionada à comprovação documental e evolução regulatória (funding) e efetiva ativação operacional..

A análise das demonstrações contábeis e das presentes Notas Explicativas deve, portanto, ser realizada sob uma perspectiva integrada, considerando que os resultados observados refletem predominantemente uma fase de estruturação e consolidação de investimentos, anterior à plena ativação operacional.

Nesse sentido, o ambiente institucional e econômico do Estado do Tocantins revela-se altamente favorável à consolidação de empreendimentos logísticos estruturantes, conforme evidenciado por estudos e iniciativas conduzidas pelo próprio poder público estadual, que destacam a importância da navegabilidade do Rio Tocantins como alternativa estratégica para o escoamento de cargas e redução de custos logísticos.

Estudos técnicos apresentados no âmbito da administração pública estadual demonstram que o transporte hidroviário possui significativa vantagem econômica em relação ao modal rodoviário, com custos substancialmente inferiores por quilômetro transportado, o que reforça a viabilidade de plataformas multimodais, fator que se torna atrativo para investimentos no setor logístico regional.

Adicionalmente, iniciativas governamentais voltadas à consolidação da hidrovía Araguaia-Tocantins, com destaque para o processo de licenciamento ambiental conduzido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), culminaram na concessão de licença acima referidas, visando a remoção de obstáculos naturais e do trecho, ao longo de aproximadamente 35 km.

Tal intervenção, com investimentos estimados em grande escala e prazo de execução definido, representa um marco estruturante para a logística regional, uma vez que permitirá a navegação contínua ao longo do Rio Tocantins, inclusive em períodos de estiagem, viabilizando o escoamento da produção do Cerrado brasileiro em direção ao oceano Atlântico, por meio de corredores hidroviários integrados.

Nesse contexto e no âmbito de atividades portuárias fluviais a Companhia encontra-se posicionada no setor logístico Regional, com potencial de inserção operacional futura, condicionado à evolução das condições de navegabilidade e ativação de sua estrutura. E, portanto, de forma estratégica, o empreendimento está apto para integrar a dinâmica logística fluvial, posicionando-se com estrutura, capacidade e histórico potencial de terminal aquaviário de apoio às operações de transporte, armazenagem e movimentação de cargas com foco na integração da plataforma multimodal do Tocantins.

Considerando a evolução do ambiente regulatório, a consolidação dos ativos já implantados e a perspectiva concreta de melhoria das condições de navegabilidade, a Administração entende como tecnicamente plausível e economicamente fundamentada a expectativa de início das operações no exercício de 2026, logo após ações de abertura do trecho rochoso do pedral acima referido, atual fator impeditivo.

Nesta fase, a Companhia deverá operar como unidade logística estruturada, com ativação de elementos operacionais já existentes, incluindo:

- funcionamento da balança rodoviária para controle e aferição de cargas;
- operação do atracadouro para apoio à movimentação aquaviária;
- utilização do pátio portuário amplo para recepção, organização e expedição de mercadorias;
- e integração logística entre os modais rodoviário e aquaviário de outras áreas fluviais e marítimas.

As atividades operacionais compreendem, de forma típica, as etapas inerentes à dinâmica portuária e logística a serem realizadas, tais como:

- recepção e triagem de cargas;
- pesagem e controle de entrada e saída de veículos e mercadorias;
- movimentação interna e organização logística no pátio;
- operações de carga e descarga (handling);
- armazenamento temporário e consolidação de cargas;
- apoio às operações de embarque e desembarque em embarcações;
- e coordenação dos fluxos logísticos integrados.

Sob a ótica econômica, tais atividades representam a efetiva conversão dos investimentos realizados em capacidade produtiva para futura geração de receitas, marcando a transição entre a fase de implantação ainda em curso e a fase de operação que é estimado para inicialização no exercício de 2026.

Dessa forma, os elementos evidenciados nas demonstrações contábeis - notadamente a concentração em ativos imobilizados e a estrutura de capital adotada - devem ser interpretados como componentes de um modelo de negócios orientado à formação de valor no médio e longo prazo.

A Empresa posiciona-se, assim, como um ativo de infraestrutura logística com potencial de contribuição relevante para o desenvolvimento econômico regional, atuando como elemento de integração das cadeias produtivas, redução de custos logísticos e fortalecimento da competitividade do Estado do Tocantins.

Nesse cenário, a evolução operacional da Companhia apresenta potencial concreto de influenciar positivamente a atividade econômica regional, contribuindo para a geração de renda, emprego e dinamização do ambiente produtivo, com reflexos diretos sobre indicadores econômicos relevantes.

Por fim, a Administração ressalta que a adequada interpretação das presentes Notas Explicativas deve considerar a Companhia como um empreendimento em plena marcha de consolidação, cuja avaliação deve estar fundamentada não apenas nos resultados do exercício corrente ou do exercício anterior a este, mas principalmente em sua estrutura instalada, no ambiente institucional favorável, a manutenção de suas atividades em dia e, sobretudo, na capacidade futura de agregação de valor.

1. NOTA 1 - BASE DE ELABORAÇÃO E FUNDAMENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1.1 A Companhia elaborou suas demonstrações contábeis em estrita observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e com os pronunciamentos, interpretações e orientações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, convergentes às normas internacionais de contabilidade (IFRS), notadamente a NBC TG 26 (R5) – Apresentação das Demonstrações Contábeis e a Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (CPC 00 (R2)). As demonstrações contábeis compreendem:

- **Balço Patrimonial - BP;**
- **Demonstração do Resultado do Exercício - DRE;**
- **Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL;**
- **Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC;**
- **Notas Explicativas - NE.**

Foram preparadas com base no **pressuposto da continuidade operacional**, no **regime de competência** e no **critério de mensuração pelo custo histórico**, exceto quando requerido tratamento específico por norma aplicável.

Base de Mensuração e Julgamentos Relevantes

A elaboração das demonstrações contábeis exige o uso de **estimativas e julgamentos significativos pela Administração**, que impactam os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de contingências, conforme previsto na NBC TG 23 e na Estrutura Conceitual (CPC 00 (R2)). Destacam-se como áreas críticas de julgamento:

- **Recuperabilidade de ativos (impairment)** – conforme CPC 01, especialmente no ativo imobilizado, considerando o estágio pré-operacional do empreendimento;
- **Determinação da vida útil econômica e taxas de depreciação** – conforme CPC 27;
- **Reconhecimento e mensuração de passivos e provisões** – conforme CPC 25;
- **Classificação e mensuração de operações com partes relacionadas** – conforme CPC 05 (R1);
- **Avaliação da continuidade operacional (going concern)** – conforme NBC TG 26.

As estimativas são revisadas periodicamente e seus efeitos são reconhecidos prospectivamente.

1.2 Moeda Funcional e Apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em **Reais (R\$)**, que corresponde à moeda funcional da Companhia, refletindo o ambiente econômico no qual a entidade opera, conforme previsto na NBC TG 02 (CPC 02).

1.3 Reconhecimento de Receitas, Custos e Despesas

A Companhia adota o regime de competência, reconhecendo:

- **Receitas** quando ocorre a transferência de controle de bens ou serviços, ou quando configurado direito econômico mensurável, conforme CPC 47;
- **Despesas** quando há redução de ativos ou aumento de passivos que resultem em diminuição do patrimônio líquido, desde que mensuráveis com confiabilidade, conforme CPC 00 (R2).

Considerando o estágio pré-operacional, as receitas do exercício possuem **natureza não recorrente e baixa materialidade**, não representando ainda a atividade operacional típica da Companhia.

1.4 Estrutura Patrimonial e Base Econômica

A análise das demonstrações contábeis deve ser realizada sob perspectiva integrada, considerando que a Companhia apresenta os valores abaixo:

- **Ativo total** de R\$ 4.042.595,26;

- **Ativo imobilizado líquido** de R\$ 3.765.324,69 (representando a parcela preponderante do ativo);
- **Concentração do Ativo no Imobilizado:** 93,14%
- **Receita do exercício** de R\$ 37.218,67;
- **Resultado líquido negativo** decorrente da fase pré-operacional com alavancagem extrema de (347%);

Tal estrutura evidencia que a Companhia se encontra em fase de **implantação e consolidação de investimentos**, típica de empreendimentos de infraestrutura intensivos em capital, nos quais há descasamento temporal entre investimento e geração de receitas. E, cujos valores, conforme os que foram apresentados, estão conciliados com o Balanço Patrimonial expedido em 31 de dezembro de 2025.

1.5 Continuidade Operacional (Going Concern)

A Administração avaliou a capacidade da Companhia de manter suas operações em continuidade, conforme requerido pela NBC TG 26, considerando:

- a existência de base patrimonial relevante e já implantada;
- a predominância de passivos de longo prazo;
- o suporte financeiro de partes relacionadas;
- a ausência de inadimplência relevante;
- e a expectativa de início de operações em escala.

Com base nesses elementos, concluiu-se pela **adequação do uso do pressuposto de continuidade operacional**, não obstante o resultado negativo apresentado no exercício, o qual é compatível com o estágio de maturação do empreendimento que, embora reflita incerteza relevante, esta é mitigada pelo suporte de partes relacionadas.

1.6 Considerações sobre o Estágio Operacional

A natureza do empreendimento – intensivo em capital e com ciclo de maturação de médio e longo prazo – impõe que a interpretação das demonstrações contábeis seja realizada sob enfoque prospectivo, considerando:

- a elevada concentração de ativos operacionais;
- a estruturação da capacidade produtiva já instalada;
- e a expectativa de conversão desses ativos em geração de receitas futuras.

Dessa forma, os resultados apresentados no exercício corrente não refletem, isoladamente, a capacidade econômica da Companhia, devendo ser analisados em conjunto com sua estrutura patrimonial e seu estágio de desenvolvimento.

2. NOTA 2 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

2.1 Práticas Contábeis

As práticas contábeis adotadas pela Companhia foram aplicadas de forma consistente ao longo do exercício e estão em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC, pronunciamentos do CPC e legislação societária vigente, em especial a Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores.

As políticas contábeis a seguir descritas representam os critérios de reconhecimento, mensuração e evidenciação dos principais elementos patrimoniais e de resultado, sendo aplicadas de forma uniforme e consistente.

2.2 Ativos - Reconhecimento e Mensuração

Os ativos são reconhecidos quando há expectativa de geração de benefícios econômicos futuros para a Companhia e quando seu custo ou valor pode ser mensurado com confiabilidade, conforme disposto na Estrutura Conceitual (CPC 00 (R2)).

Inicialmente, os ativos são mensurados pelo **custo histórico de aquisição ou construção**, incluindo todos os gastos diretamente atribuíveis à sua colocação em condição de uso.

CONTA	CLASSIFICAÇÃO	VALOR
1	Ativo total	4.042.595,26
2	Ativo Circulante	139.893,51
275	Ativo Não Circulante	3.902.701,75

As disponibilidades compreendem caixa e saldos bancários de liquidez imediata. As despesas antecipadas referem-se a valores pagos cujo benefício econômico será apropriado em exercícios subsequentes, conforme regime de competência.

2.3 Ativo Circulante

O ativo circulante é composto por disponibilidades de apenas R\$ 60.159,02, conforme abaixo, as quais são mensuradas pelo valor realizável.

CONTA	DISPONIBILIDADES	VALOR
3	Disponibilidades	60.159,02
4	Caixa e Equivalentes	264,72
8	Banco Conta Movimento	59.894,30
226	Despesas Antecipadas	79.734,49

232	Contratos a Apropriar	56.000,00
233	Seguros a Apropriar	23.734,49

2.4 Ativo Não Circulante

O ativo não circulante compreende direitos realizáveis a longo prazo e ativos imobilizados utilizados na atividade operacional.

CONTA	ATIVO NÃO CIRCULANTE	VALOR
276	Realizável a Longo Prazo	137.377,06
342	Imobilizado Líquido	3.765.324,69

2.5 Ativo Imobilizado

O ativo imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada, conforme CPC 27. A depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens.

CONTA	ATIVO IMOBILIZADO	VALOR
343	Bens em Uso	4.110.554,60
415	Depreciação Acumulada	(345.229,91)
342	Imobilizado	3.765.324,69

A predominância do imobilizado reflete a estratégia de investimento em infraestrutura logística, sendo elemento central na geração futura de receitas.

A Companhia avaliou indícios de impairment conforme CPC 01, considerando o estágio pré-operacional, concluindo que não há evidências objetivas de perda por desvalorização até a presente data, em razão da expectativa de geração de fluxos de caixa futuros.

2.6 Passivos – Reconhecimento e Mensuração

Os passivos são reconhecidos quando há obrigação presente, legal ou não formalizada, decorrente de eventos passados, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos, conforme CPC 25.

São mensurados pelo valor presente das obrigações, quando aplicável.

2.7 Passivo Circulante

Compreende as obrigações exigíveis no curto prazo, com predominância de obrigações financeiras bancárias, sem prejuízo de obrigações operacionais correntes.

CONTA	PASSIVOS	VALOR
458	Passivo Circulante	1.384.231,20
459	Empréstimos e Financiamentos	1.249.560,17
460	Empréstimos Bancários	1.249.560,17
462	Financiamento FNO (BASA)	1.225.628,00
5174	Financiamento Banco Santander	23.932,17
491	Fornecedores	56.000,00
493	Obrigações Trabalhistas	47.833,59
494	Obrigações com Pessoal	32.702,56
508	Obrigações Previdenciárias	15.131,03
526	Obrigações Tributárias	14.401,30
576	Outras Obrigações	16.436,14

2.8 Passivo Não Circulante

Compreende obrigações exigíveis no longo prazo, destacando-se operações com partes relacionadas, cujos valores foram ajustados para refletir a correta posição patrimonial conforme Balanço Patrimonial.

CONTA	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	VALOR
617	Passivo Não Circulante	12.648.142,27
630	Empréstimo com Partes Relacionadas	9.795.722,98
632	Juros Sobre Partes Relacionadas	2.859.101,51
644	(-) Financiamento Bancário (Encargos a Apropriar)	(6.682,22)

2.9 Partes Relacionadas

As transações com partes relacionadas são realizadas em condições pactuadas entre as partes, sendo reconhecidas conforme CPC 05 (R1), sendo que as operações com partes relacionadas possuem natureza de financiamento do empreendimento, não sendo, nesta fase, caracterizadas como instrumentos de capital, ressalvada eventual reclassificação futura.

CONTA	EMPREST. C/ PARTES RELACIONADAS	VALOR
630	Empréstimo com Partes Relacionadas	9.795.722,98

5105	Árdua 2	5.265.057,03
5095	Árdua Investimentos Ltda	410.370,00
631	AutoLogística Eurolatina Serviços Ltda	2.838.865,45
5198	Klaus Weyand Diversos	41.430,50
5093	RK Negócios	675.000,00
5237	Navegatins	565.000,00

Tais operações possuem natureza estrutural, decorrentes de aportes realizados por pessoas físicas e jurídicas vinculadas ao empreendimento com objetivo de concentrar esforços para a concretização do negócio e vinculam-se ao financiamento do empreendimento.

2.10 Juros Sobre Partes Relacionadas

Corresponde ao cálculo e reconhecimento de juros passivos destinado a recomposição do capital de financiadores do empreendimento.

CONTA	JUROS S/ EMPREST. C/ PART. RELAC.	VALOR
632	Juros s/ Emprést. Partes Relacionadas	2.859.101,51
5017	AutoLogística Eurolatina Serviços Ltda	1.813.230,48
5094	RK Negócios	244.616,73
5104	Árdua 2	801.254,30

Os juros sobre partes relacionadas foram apropriados com base em critérios pactuados entre as partes, refletindo custo financeiro do capital aportado, ainda que formalizados em instrumentos contratuais típicos de mercado e suportados por acordos formais e práticas reiteradas entre as partes, reconhecidos pela Administração.

2.11 Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido representa a participação residual dos acionistas nos ativos da Companhia e estão assim composto e distribuído entre os sócios. Por outro lado, sua condição de negativo decorre da absorção de prejuízos acumulados em fase pré-operacional, não implicando, isoladamente, em incapacidade de continuidade operacional.

Tendo havido significativa evolução do capital social desde de 2022 que registrava o montante e R\$ 13.784.580,00 e em 2025, passou a registrar R\$ 19.397.431,00, devido ao aporte de capital de R\$ 5.612.851,00 resultando na distribuição abaixo demonstrada:

CONTA	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	VALOR
680	Patrimônio Líquido	(9.989.778,21)
681	Capital Social	19.397.431,00
5164	KW Participações e Investimentos Ltda	9.649.624,50
5096	Árdua Investimentos Ltda	9.308.996,00
746	Autogística Eurolatina Serviços Ltda	438.810,50
715	Prejuízos Acumulados	(27.024.914,66)
716	Resultado do Exercício	(2.601.751,78)
729	Ajuste de Exercícios Anteriores	239.457,23

O saldo negativo decorre da fase de maturação do empreendimento, caracterizada pela antecipação de investimentos em relação à geração de receitas.

2.12 Receitas

As receitas são reconhecidas conforme CPC 47, quando ocorre a transferência de controle ou quando configurado direito econômico mensurável.

CONTA	RECEITAS	VALOR
748	Receita Total	37.218,67
866	Indenização por Sinistro	37.018,67
826	Reembolso de Despesas	200,00

As **Receitas** são reconhecidas conforme a sua natureza, respeitando o princípio da realização, embora, no presente exercício, a receita decorreu atividade não operacional, sendo compostas predominantemente por indenização por sinistro, não representando a atividade típica da Companhia.

2.13 Despesas

As despesas são reconhecidas conforme o regime de competência, conforme CPC 00 (R2).

CONTA	DESPESA	VALOR
1109	Despesa	2.638.970,45
1111	Despesas Operacionais Portaria Porto	732.459,55
1112	Despesas com Pessoal	435.943,55
1127	Encargos Sociais	31.532,39
1130	Despesas Gerais Porto Matriz	264.983,61
1166	Despesas Operacionais Administrativa	684.969,99
1167	Despesas com Pessoal	91.079,65
1203	Encargos Sociais	103.200,48
1207	Despesas Gerais Administrativas	490.689,86
1305	Despesa Operacionais Financeiras	1.221.540,91

1306	Despesas Financeiras	1.171.023,78
1338	Multas	104,07
1345	Outras Despesas Operacionais	50.413,06

Para reconhecimento de despesas, são adotados critérios estabelecidos na **NBC TG Estrutura Conceitual** e na **CPC 00 (R2)**, segundo os quais as despesas são reconhecidas no resultado do exercício quando ocorre a redução de ativos ou o aumento de passivos que resulte em diminuição do patrimônio líquido, desde que tais variações possam ser mensuradas com confiabilidade.

2.14 Resultado

A **Apuração do Resultado** observa rigorosamente o regime de competência, refletindo a totalidade dos custos fixos necessários à manutenção da estrutura organizacional, mesmo diante de baixa geração de receitas.

CONTA	RESULTADO	VALOR
748	Receita Total	37.218,67
1109	Despesa Total	(2.638.970,45)
	Resultado Líquido	(2.601.751,78)

O resultado negativo está diretamente relacionado ao estágio pré-operacional da Companhia.

3. NOTA 3 - ANÁLISE DA ESTRUTURA PATRIMONIAL, FINANCEIRA E ECONÔMICA

3.1 Estrutura do Ativo

A composição do ativo demonstra elevada concentração em ativos de longo prazo, notadamente no imobilizado, o que evidencia a natureza intensiva em capital do negócio.

CONTA	ATIVOS	VALOR	PARTICIPAÇÃO
1	Ativo total	4.042.595,26	100,00%
2	Ativo Circulante	139.893,51	3,46%
275	Ativo Não Circulante	3.902.701,75	96,54%
342	Imobilizado Líquido	3.765.324,69	93,14%

3.2 Capital de Giro e Liquidez

A análise do capital de giro evidencia a relação entre os ativos e passivos de curto prazo, refletindo a capacidade da Companhia de honrar suas obrigações correntes.

No exercício, a Companhia apresentou Ativo Circulante de **R\$ 139.893,51** e Passivo Circulante de **R\$ 1.384.231,20**, resultando em Capital de Giro Líquido negativo de **(R\$ 1.244.337,69)**.

Esse indicador demonstra que, no curto prazo, as obrigações superam os recursos disponíveis, o que, sob análise isolada, indicaria restrição de liquidez.

Entretanto, tal condição deve ser interpretada considerando o estágio pré-operacional do empreendimento, no qual: a geração de receitas ainda não foi iniciada em escala; os recursos necessários à manutenção das atividades são provenientes, majoritariamente, de capital de terceiros; há predominância de passivos de longo prazo, reduzindo pressão imediata sobre o caixa; existe suporte financeiro contínuo de partes relacionadas.

Dessa forma, o capital de giro negativo não caracteriza, isoladamente, desequilíbrio financeiro, mas sim uma característica típica de empreendimentos intensivos em capital em fase de implantação.

Sob a ótica da liquidez, observa-se que a Companhia não possui liquidez própria suficiente, sendo dependente de suporte financeiro de partes relacionadas, sendo suportada por sua estrutura de financiamento oriundo de apoio externo (funding), mas mantém adimplência com suas obrigações.

Assim, a análise do capital de giro deve ser realizada em conjunto com a estrutura de passivos e o fluxo de financiamento, não sendo representativa, de forma isolada, da situação econômico-financeira da Companhia.

CONTA	CAPITAL DE GIRO	VALOR
2	Ativo Circulante	139.893,51
458	Passivo Circulante	(1.384.231,20)
	Capital de Giro Líquido	(1.244.337,69)

O capital de giro negativo indica dependência de financiamento externo e reforça o estágio de maturação do empreendimento.

3.3 Estrutura de Endividamento

A estrutura de capital demonstra forte utilização de recursos de terceiros, com predominância de obrigações de longo prazo.

CONTA	PASSIVOS	VALOR	PARTICIPAÇÃO
458	Passivo Exigível	14.032.373,47	347,08%
617	Patrimônio Líquido	(9.989.778,21)	(247,08%)
	Total	4.042.595,26	100,00%

Destaca-se a relevância das operações com partes relacionadas, que representam a principal fonte de financiamento da Companhia, conferindo maior flexibilidade financeira.

3.4 Relação entre Ativo e Estrutura de Capital

A relação entre ativos e passivos evidencia uma estrutura patrimonial alavancada, característica de empreendimentos em fase de implantação, tendo um índice elevado, decorrente da predominância de capital de terceiros na fase de implantação.

CONTA	RELAÇÃO PATRIMONIAL	VALOR
	Exigível Total / Ativo Total	347,08%
342	Imobilizado / Ativo Total	93,14%
680	Capital Próprio / Ativo Total	Negativo

A estrutura demonstra que a Companhia ainda não atingiu o ponto de equilíbrio econômico-financeiro, estando em fase de absorção de investimentos.

3.5 Análise Econômica do Exercício

O desempenho econômico do exercício reflete o descompasso entre a estrutura instalada e a geração de receitas.

CONTA	RESULTADO ECONÔMICO	VALOR
748	Receita Total	37.218,67
1109	Despesa Total	(2.638.970,45)
	Resultado Líquido	(2.601.751,78)

A baixa representatividade das receitas, associada ao elevado nível de despesas operacionais e financeiras, evidencia a fase pré-operacional da Companhia.

3.6 Estrutura de Custos

A análise das despesas evidencia predominância de custos estruturais e financeiros, necessários à manutenção da capacidade operacional instalada.

CONTA	DESPESAS	VALOR	PARTIC.
1305	Despesas Operacionais Financeiras	1.221.540,91	46,29%
1166	Despesas Operacionais Administrativas	684.969,99	25,96%
1111	Despesas Operacionais Portaria Porto	732.459,55	27,76%
1109	Despesas Totais	2.638.970,45	100,00%

O peso das despesas financeiras demonstra a dependência de capital de terceiros na sustentação do empreendimento.

3.7 Interpretação Técnica da Estrutura

A análise integrada dos elementos patrimoniais, financeiros e econômicos permite concluir que:

- a Companhia possui **base patrimonial robusta**, com ativos operacionais já constituídos;
- apresenta **estrutura de capital alavancada**, com predominância de passivos de longo prazo;
- evidencia **baixa liquidez de curto prazo**, decorrente do estágio de implantação;
- mantém **resultado negativo compatível com a fase pré-operacional**;
- possui **estrutura apta à geração futura de receitas**, ainda não materializada no exercício analisado.

Sob a ótica contábil e econômico-financeira, a Companhia encontra-se em fase de transição entre a **implantação e a operacionalização**, caracterizada por:

- concentração de investimentos em ativos produtivos;
- antecipação de custos em relação às receitas;
- dependência de financiamento para sustentação das operações.

Dessa forma, os indicadores e a estrutura patrimonial observados não devem ser interpretados como indicativos de desequilíbrio estrutural, mas sim como reflexo do ciclo econômico típico de empreendimentos de infraestrutura em fase de maturação.

4. NOTA 4 - RECEITAS, SUAS NATUREZAS E A CAPACIDADE DE GERAÇÃO DE CAIXA

4.1 Reconhecimento das Receitas

A análise das receitas da Companhia no exercício de 2025 deve ser realizada à luz de seu estágio operacional, caracterizado pela fase pré-operacional, na qual a estrutura produtiva já se encontra implantada, porém ainda não plenamente ativada para geração recorrente de receitas.

As receitas são reconhecidas em conformidade com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, sendo registradas quando há transferência de controle de bens ou serviços ou quando configurado direito econômico mensurável.

No exercício em análise, não houve reconhecimento de receitas decorrentes da atividade operacional principal da Companhia, tendo em vista que suas operações logísticas ainda não foram iniciadas em escala comercial.

4.2 Composição das Receitas do Exercício

A receita registrada no período possui natureza predominantemente **não recorrente** e não representando a atividade-fim da Companhia, tampouco advindo de atividade operacional típica.

CONTA	RECEITAS	VALOR	PART. %
748	Receita Total	37.218,67	100,00%
866	Indenização Recebida por Sinistro	37.018,67	99,46%
826	Reembolso Despesa Diversa	200,00	0,54%

No exercício, a principal receita decorreu de indenização por sinistro, caracterizando evento pontual, sem recorrência operacional, em face da fase de estruturação e implantação do empreendimento.

4.3 Natureza Não Operacional da Receita

Do ponto de vista técnico-contábil, a receita reconhecida no exercício não se enquadra como receita operacional típica, uma vez que:

- não decorre da prestação de serviços logísticos;
- não representa fluxo recorrente de atividade;
- não está vinculada à capacidade produtiva instalada.

Dessa forma, a receita do exercício deve ser classificada como **evento eventual**, sem capacidade de representar o desempenho econômico da Companhia.

4.4 Relação entre Receita e Estrutura Operacional

A comparação entre a receita auferida e a estrutura patrimonial evidencia descompasso relevante entre capacidade instalada e geração de receitas.

CONTA	INDICADORES DA RECEITA	PART. %
748	Receita Total / Ativo Total	0,92%
342	Receita Total / Imobilizado Total	0,99%

4.5 Capacidade Instalada e Potencial de Receita

Apesar da baixa geração de receitas no período, a Companhia já dispõe de estrutura operacional instalada, composta por:

- ativos logísticos e portuários;
- pátio operacional estruturado;
- sistema de controle e movimentação de cargas;
- integração potencial entre modais.

Essa base estrutural permite absorver demanda futura sem necessidade de investimentos adicionais relevantes no curto prazo.

4.6 Perspectiva de Geração de Caixa

A ausência de receitas operacionais impacta diretamente a geração de caixa no exercício, mantendo a Companhia dependente de capital de terceiros para sustentação de suas atividades.

Contudo, sob a ótica econômica, a entrada em operação tende a produzir efeito de alavancagem operacional, uma vez que:

- grande parte dos custos já se encontra estruturada;
- a base de ativos está instalada;
- a capacidade produtiva está disponível para utilização.

4.7 Interpretação Técnica

A análise da receita deve ser realizada considerando:

- o caráter não recorrente dos valores registrados;
- a inexistência de receita operacional típica no período;
- a dissociação entre resultado contábil e capacidade econômica.

Nesse contexto, o desempenho apresentado no exercício não reflete a capacidade real de geração de receitas da Companhia.

Diante dos elementos apresentados, conclui-se que:

- a receita do exercício possui natureza excepcional e não operacional;
- não há, no período, evidência de exploração econômica plena dos ativos;
- a Companhia encontra-se em fase de transição para geração de receitas recorrentes;
- a análise econômica deve ser orientada pela capacidade instalada, e não pelo resultado corrente.

Assim, a receita observada no exercício não deve ser utilizada isoladamente como parâmetro de avaliação de desempenho, devendo ser analisada em conjunto com o estágio de desenvolvimento do empreendimento.

5. NOTA 5 - DESPESA OPERACIONAL E AS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS

5.1 Composição das Despesas do Exercício

A análise das despesas e das obrigações assumidas pela Companhia no exercício de 2025 deve ser realizada sob a perspectiva do seu estágio pré-operacional, no qual os dispêndios incorridos possuem natureza predominantemente estrutural, voltados à implantação, manutenção e consolidação da capacidade operacional instalada.

As despesas reconhecidas no período refletem a aplicação do regime de competência, conforme preceituado pelas normas contábeis vigentes, sendo apropriadas independentemente de seu pagamento.

CONTA	DESPESAS	VALOR	PART. %
1109	Despesa Total	2.638.970,45	100%
1111	Despesas Operacionais Portaria Porto	732.459,55	27,76%
1112	Despesas com Pessoal	435.943,55	16,52%
1127	Encargos Sociais	31.532,39	1,19%
1130	Despesas Gerais Porto Matriz	264.983,61	10,04%
1166	Despesas Operacionais Administrativa	684.969,99	25,96%
1167	Despesas com Pessoal	91.079,65	3,45%
1203	Encargos Sociais	103.200,48	3,91%
1207	Despesas Gerais Administrativas	490.689,86	18,59%
1305	Despesas Operacionais Financeiras	1.221.540,91	46,29%
1306	Despesas Financeiras	1.171.023,78	44,37%
1342	Multas	104,07	0,00%
1345	Outras Desp. N Operacionais (Doações)	50.413,06	1,91%

A diferença entre Despesas Operacionais Financeiras e Despesas Financeiras, no valor de R\$ 50.517,13, refere-se a multas e outras despesas não operacionais.

Importante demonstrar que somado às Despesas Financeiras, que perfaz o montante de **R\$ 1.171.023,78**, foram adicionadas os **Juros com Partes Relacionadas** que totalizam em **R\$ 1.003.243,29**, e o restante decorrente de juros de empréstimos e outras despesas, totalizando em **R\$ 167.780,49**, a saber:

CONTA	DESPESAS BANCÁRIAS E OUTRAS	VALOR
1305	Despesas Operacionais Financeiras	1.221.540,91
1306	Despesas Financeiras	1.171.023,78
1312	Juros com Empréstimos de Partes Relacionadas	1.003.243,29
1313	Juros Sobre Empréstimos de Financiamentos	8.909,52
1315	Taxas e Comissões Bancárias	4.458,86
1317	Juros FNO	148.278,60
5081	Juros de Correção	5.160,12
1328	IPTU	494,77
1316	Taxa IBAMA	386,46
5046	Taxas SPU	92,16

Os juros com partes relacionadas no montante de R\$ 1.003.243,29 referem-se exclusivamente ao resultado do exercício, enquanto o saldo total acumulado registrado no passivo perfaz R\$ 2.859.101,51.

Os dados demonstram que a maior concentração de despesas decorre de encargos financeiros e da manutenção da estrutura organizacional, e não da atividade produtiva em si.

A Companhia mantém obrigações correntes em dia, não apresentando histórico de atrasos ou descumprimentos, o que reforça sua disciplina financeira e capacidade de gestão, mesmo em fase de maturação operacional.

5.2 Despesas Operacionais (Estrutura Física e Logística)

As despesas operacionais representam os custos diretamente relacionados à manutenção da estrutura física e operacional do complexo logístico.

CONTA	DESPESAS	VALOR	PART. %
1109	Despesa Total	2.638.970,45	100%
1111	Despesas Operacionais Portaria Porto	732.459,55	27,76%
1112	Despesas com Pessoal	435.943,55	16,52%
1127	Encargos Sociais	31.532,38	1,19%
1130	Despesas Gerais Porto Matriz	264.983,61	10,04%

Essas despesas são necessárias para garantir:

- funcionamento mínimo da estrutura instalada;
- preservação dos ativos imobilizados;
- preparação operacional para início das atividades.

Sob a ótica técnica, tais valores possuem natureza de **custo de prontidão operacional**, não sendo diretamente correlacionáveis à geração de receita no período.

5.3 Despesas Administrativas (Gestão e Suporte)

As despesas administrativas evidenciam o funcionamento da estrutura de governança e suporte corporativo.

CONTA	DESPESAS	VALOR	PART. %
-------	----------	-------	---------

1109	Despesa Total	2.638.970,45	100%
1166	Despesas Operacionais Administrativa	684.969,99	25,96%
1167	Despesas com Pessoal	91.079,65	3,45%
1203	Encargos Sociais	103.200,48	3,91%
1207	Despesas Gerais Administrativas	490.689,86	18,59%

Essas despesas incluem:

- honorários técnicos e consultorias;
- custos de governança e conformidade;
- estrutura de apoio administrativo.

Tais dispêndios são compatíveis com o porte e a complexidade do empreendimento, especialmente considerando a necessidade de estruturação institucional e regulatória.

5.4 Despesas Financeiras (Estrutura de Capital)

As despesas financeiras representam o principal componente da estrutura de custos da Companhia.

O índice elevado decorre da predominância de capital de terceiros na fase de implantação.

CONTA	DESPESAS BANCÁRIAS E OUTRAS	VALOR	%
1305	Despesas Operacionais Financeiras	1.221.540,91	100,00%
1306	Despesas Financeiras	1.171.023,78	95,86%
1312	Juros com Emprést. de Partes Relacion.	1.003.243,29	82,12%
1313	Juros Sobre Empréstimos de Financiam.	8.909,52	0,73%
1315	Taxas e Comissões Bancárias	4.458,86	0,36%
1317	Juros FNO	148.278,60	12,14%
5081	Juros de Correção	5.160,12	0,42%
1328	IPTU	494,77	0,04%
1316	Taxa IBAMA	386,46	0,03%
5046	Taxa SPU	92,16	0,01%
1338	Multas	104,07	0,01%
1345	Outras Despesas Operacionais	50.413,06	4,13%

A predominância de juros sobre partes relacionadas evidencia que:

- o financiamento do empreendimento ocorre majoritariamente via capital próprio indireto;
- há maior flexibilidade quanto a prazos e condições;
- reduz-se o risco de pressão imediata sobre o caixa.

5.5 Estrutura das Obrigações (Passivo)

A análise das obrigações deve ser integrada à estrutura de despesas, considerando o modelo de financiamento adotado.

CONTA	PASSIVOS	VALOR
	Total do Passivo e Patrimônio Líquido	4.042.595,26
458	Passivo Circulante	1.384.231,20
617	Passivo Não Circulante	12.648.142,27
630	Empréstimo com Partes Relacionadas	9.795.722,98

A composição evidencia forte dependência de capital de longo prazo, especialmente de partes relacionadas, o que caracteriza estrutura financeira típica de projetos de infraestrutura.

5.6 Correlação entre Despesas e Estágio Operacional

A relação entre despesas e receitas apresenta descompasso significativo:

CONTA	Descrição	VALOR
748	Receita Líquida	37.218,67
1109	Despesa Total	(2.638.970,45)
	Despesa Total / Receita Total	70,91 vezes

Esse indicador, embora elevado, deve ser interpretado à luz do estágio pré-operacional, não representando ineficiência, mas sim:

- ausência de receitas operacionais;
- antecipação de custos estruturais;
- manutenção da capacidade instalada.

5.7 Interpretação Técnica sob as NBCs

À luz da NBC TG Estrutura Conceitual:

- as despesas foram corretamente reconhecidas como redução de benefícios econômicos;
- há adequada mensuração e confiabilidade;
- não há indícios de erro de classificação relevante.

Sob a NBC TG 26:

- a apresentação é consistente;
- há segregação adequada entre naturezas de despesas;
- a evidenciação atende ao princípio da relevância.

A análise das despesas e obrigações permite concluir que:

- a estrutura de custos é **compatível com o estágio pré-operacional**;
- as despesas possuem natureza **estrutural e estratégica**, não operacional recorrente;
- a predominância de despesas financeiras decorre da estratégia de financiamento;
- não há evidência de desequilíbrio estrutural, mas sim de **maturação do investimento**;
- a Companhia apresenta base adequada para absorção futura dos custos com o início das operações.

6. NOTA 6 - RESULTADO DO EXERCÍCIO E SUA APRESENTAÇÃO ECONÔMICO-CONTÁBIL

O resultado do exercício de 2025 deve ser analisado sob a ótica da essência econômica do empreendimento, considerando seu estágio pré-operacional, no qual a geração de receitas ainda não acompanha a estrutura de custos já implantada.

6.1 Apuração do Resultado do Exercício

A Demonstração do Resultado do Exercício evidencia que a Companhia apurou prejuízo no período, decorrente da baixa geração de receitas frente ao nível de despesas estruturais.

CONTA	DEMONSTRAÇÃO SINTÉTICA DO RESULTADO	VALOR
748	Receita Total	37.218,67
1109	Despesa Total	(2.638.970,45)
716	Resultado do Exercício	(2.601.751,78)

O resultado negativo decorre diretamente do descompasso entre receitas ainda incipientes e despesas necessárias à manutenção da estrutura operacional.

6.2 Natureza do Resultado Apurado

A composição do resultado demonstra que:

- a receita é **não recorrente e não operacional**;
- as despesas são **estruturais, fixas e necessárias**;
- o resultado não reflete a capacidade econômica do ativo.

ELEMENTO	NATUREZA	IMPACTO
Receita de Indenização	Não Recorrente	Positivo pontual
Despesas Operacionais	Estruturais	Redução do Resultado
Despesas Administrativas	Suporte Organizacional	Redução do Resultado
Despesas Financeiras	Estrutura de Capital	Redução Relevante

Dessa forma, o prejuízo apresentado possui natureza **contábil e transitória**, não caracterizando perda econômica efetiva.

6.3 Relação entre Resultado e Estrutura Patrimonial

A análise integrada entre resultado e estrutura patrimonial evidencia que o prejuízo decorre da antecipação de investimentos e não de ineficiência operacional.

INDICADORES DE DESEMPENHO ECONÔMICO	VALOR
Resultado / Ativo Total	(64,36%)
Receita / Despesa	1,41%
Despesa / Ativo Imobilizado	70,08%

Os indicadores reforçam que o desempenho econômico ainda não atingiu o estágio de maturação necessário para geração de resultados positivos.

6.4 Correlação com o Estágio Pré-Operacional

Nos termos da NBC TG Estrutura Conceitual, o reconhecimento do resultado segue o regime de competência, refletindo adequadamente:

- os custos incorridos para manter a estrutura;
- a ausência de receitas operacionais;
- a redução do patrimônio líquido no período.

Contudo, sob a ótica econômica, tais perdas são inerentes ao ciclo de implantação de empreendimentos intensivos em capital, nos quais:

- os investimentos precedem a geração de caixa;
- os custos fixos são incorridos antes da operação;
- o retorno ocorre em ciclos posteriores.

6.5 Impacto das Despesas Financeiras no Resultado

As despesas financeiras representam o principal fator de impacto no resultado do exercício.

CONTA	RESULTADO	VALOR
Despesas Operacionais Financeiras	46,29%	1.221.540,91
Juros Partes Relacionadas	82,12% das financeiras	1.003.243,29

Esse comportamento evidencia que o prejuízo está fortemente associado à estratégia de financiamento adotada, e não à operação do negócio.

6.6 Ausência de Indicadores de Insolvência Operacional

Apesar do resultado negativo, não se identificam sinais de deterioração operacional ou incapacidade financeira, considerando que:

- não há registro de inadimplência;
- as obrigações estão sendo cumpridas regularmente;
- há suporte financeiro de partes relacionadas;
- a estrutura de ativos encontra-se preservada.

Esse conjunto de fatores afasta qualquer interpretação de risco iminente de continuidade.

6.7 Interpretação Técnica sob a NBC TG 26

Nos termos da NBC TG 26:

- o resultado foi adequadamente apresentado;
- não há distorções relevantes na apuração;
- a evidenciação é consistente com a realidade econômica.

Adicionalmente, a correta interpretação exige a leitura conjunta com:

- estrutura patrimonial (Nota 3);
- receitas (Nota 4);
- despesas (Nota 5).

Diante dos elementos apresentados, conclui-se que:

- o prejuízo apurado no exercício possui natureza **transitória e esperada**;
- decorre da fase pré-operacional do empreendimento;
- não reflete perda de valor dos ativos;
- não indica ineficiência operacional;
- está alinhado ao ciclo econômico de projetos de infraestrutura.

Assim, o resultado negativo deve ser interpretado como **antecipação de custos estratégicos**, sendo razoável inferir que, com o início das operações, a Companhia apresenta potencial consistente de reversão do resultado e geração de lucros nos exercícios subsequentes.

7. NOTA 7 - ESTRUTURA DO PASSIVO E ENDIVAMENTO

A estrutura de passivos da Companhia deve ser analisada sob a ótica de seu modelo de financiamento e estágio de desenvolvimento, caracterizado pela predominância de capital de terceiros de longo prazo, com forte participação de partes relacionadas.

7.1 Composição do Passivo

O passivo total da Companhia é composto por obrigações de curto e longo prazo, com clara predominância de exigibilidades de longo prazo, refletindo a natureza estruturada do financiamento do empreendimento.

CONTA	PASSIVOS	VALOR
458	Passivo Circulante	1.384.231,20
459	Empréstimos e Financiamentos	1.249.560,17
460	Empréstimos Bancários	1.249.560,17
462	Financiamentos FNO (BASA)	1.225.628,00
5174	Financiamento Banco Santander	23.932,17
491	Fornecedores	56.000,00
493	Obrigações Trabalhistas	47.833,59
494	Obrigações com Pessoal	32.702,56
508	Obrigações Previdenciárias	15.131,03
526	Obrigações Tributárias	14.401,30
576	Outras Obrigações	16.436,14

A predominância do passivo não circulante demonstra planejamento financeiro alinhado com o ciclo de maturação do empreendimento.

7.2 Passivo Circulante – Obrigações de Curto Prazo

O passivo circulante concentra obrigações operacionais e financeiras de curto prazo, necessárias à manutenção das atividades administrativas e estruturais.

CONTA	PASSIVOS	VALOR
458	Passivo Circulante	1.384.231,20
459	Empréstimos e Financiamentos	1.249.560,17
460	Empréstimos Bancários	1.249.560,17
462	Financiamentos FNO (BASA)	1.225.628,00
5174	Financiamento Banco Santander	23.932,17
491	Fornecedores	56.000,00
493	Obrigações Trabalhistas	47.833,59
494	Obrigações com Pessoal	32.702,56
508	Obrigações Previdenciárias	15.131,03
526	Obrigações Tributárias	14.401,30
576	Outras Obrigações	16.436,14

Essas obrigações apresentam perfil de liquidação regular, compatível com a capacidade financeira da Companhia.

7.3 Passivo Não Circulante - Estrutura de Longo Prazo

O passivo não circulante representa a principal fonte de financiamento do empreendimento, sendo majoritariamente composto por operações com partes relacionadas.

CONTA	PASSIVOS	VALOR
617	Passivo Não Circulante	12.648.142,27
630	Empréstimo c/ Partes Relacion.	9.795.722,98
632	Juros s/ Emprést. Partes Relacion.	2.859.101,51
644	(-) Encargos a Apropriar	(6.682,22)

A elevada participação de partes relacionadas evidencia modelo de financiamento baseado em suporte societário.

7.4 Indicadores de Endividamento e Estrutura de Capital

A Companhia apresenta estrutura de capital altamente alavancada, típica de projetos em fase de implantação.

INDICADORES DE ENDIVIDAM. E ESTRUTURA DE CAPITAL	VALOR
Exigível Total / Ativo Total	347,08%
Passivo Não Circulante / Passivo Total	90,13%
Dívida com Partes Relacionadas / Passivo Total	69,81%

Esses indicadores devem ser interpretados considerando:

- ausência de geração de caixa operacional;
- financiamento voltado à formação de ativos;
- estrutura planejada de longo prazo.

7.5 Natureza das Obrigações com Partes Relacionadas

As operações com partes relacionadas possuem características específicas que as diferenciam de financiamentos convencionais:

- maior flexibilidade de prazos;
- ausência de exigibilidade imediata;
- possibilidade de renegociação;
- alinhamento estratégico com o empreendimento.

Nos termos do CPC 05 (R1), tais operações são devidamente evidenciadas e não foram identificados indícios de distorção relevante com base nas informações disponíveis à Administração.

7.6 Relação entre Endividamento e Estrutura Operacional

A análise integrada entre passivo e ativo demonstra que:

- o endividamento está diretamente vinculado à formação do imobilizado;
- os recursos captados foram destinados à implantação da capacidade produtiva;
- não há evidência de desvio de finalidade dos recursos.

CONTA	COORELAÇÃO ATIVO E PASSIVOS	VALOR
342	Ativo Imobilizado Líquido	3.765.324,69
	Passivo Exigível Total	14.032.373,47

Embora o nível de endividamento seja elevado, ele está associado à construção da base operacional, e não ao custeio de despesas correntes.

7.7 Avaliação de Risco Financeiro

A análise do risco financeiro deve considerar não apenas os índices de alavancagem, mas também a qualidade do passivo. Não foram identificados:

- vencimentos concentrados no curto prazo;
- pressão imediata de liquidez;
- descumprimento de obrigações;
- dependência de crédito de mercado de alto custo.

O perfil do passivo indica risco financeiro **controlado e compatível** com o estágio da Companhia.

7.8 Interpretação Técnica sob as NBCs

À luz da NBC TG 26:

- o passivo está adequadamente classificado entre circulante e não circulante;
- a evidenciação atende aos critérios de relevância e fidedignidade;
- a estrutura é consistente com a realidade econômica da entidade.

Adicionalmente, conforme a NBC TG Estrutura Conceitual, as obrigações representam compromissos válidos, mensurados com confiabilidade e adequadamente reconhecidos.

7.9 Conclusão Técnica

A análise da estrutura de passivos permite concluir que:

- o elevado nível de endividamento é **compatível com a fase de implantação**;
- há predominância de passivos de longo prazo, reduzindo pressão de liquidez;
- o financiamento por partes relacionadas confere maior estabilidade financeira;
- não há evidência de desequilíbrio estrutural ou risco iminente, considerando o suporte de partes relacionadas”;
- a estrutura de capital é adequada para suportar o início das operações.

Assim, o perfil de endividamento da Companhia deve ser interpretado como **instrumento de viabilização do investimento**, e não como fator de fragilidade financeira.

8. NOTA 8 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO SUA COMPOSIÇÃO E EVOLUÇÃO

8.1 Composição do Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido da Companhia representa a participação residual dos acionistas após a dedução de todos os passivos, devendo sua análise ser realizada em conjunto com o estágio de desenvolvimento do empreendimento e com os resultados acumulados ao longo dos exercícios.

O patrimônio líquido ao final do exercício encontra-se composto por capital social integralizado, prejuízos acumulados e ajustes de exercícios anteriores.

CONTA	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	VALOR
680	Patrimônio Líquido	(9.989.778,21)
681	Capital Social	19.397.431,00
5164	KW Participações e Investimentos Ltda	9.649.624,50
5096	Ardua Investimentos Ltda	9.308.996,00
746	Autogística Eurolatina Serviços Ltda	438.810,50
715	Prejuízos Acumulados	(27.024.914,66)
716	Resultado do Exercício	(2.601.751,78)
729	Ajuste de Exercícios Anteriores	239.457,23

O saldo negativo do patrimônio líquido decorre do acúmulo de resultados negativos ao longo da fase de implantação do empreendimento. Os valores foram ajustados para refletir a real posição do Balanço.

8.2 Evolução do Patrimônio Líquido

A movimentação do patrimônio líquido no exercício reflete a incorporação do prejuízo do período e ajustes de exercícios anteriores.

CONTA	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	VALOR
	Saldo Inicial	(7.627.483,66)
716	Resultado do Exercício	(2.601.751,78)
729	Ajuste de Exercícios Anteriores	239.457,23
	Saldo Final	(9.989.778,21)

A evolução demonstra incremento do saldo negativo em decorrência da continuidade da fase pré-operacional.

8.3 Natureza do Patrimônio Líquido Negativo

Do ponto de vista técnico-contábil, o patrimônio líquido negativo indica que o total das obrigações supera o total dos ativos contabilmente reconhecidos.

Entretanto, essa condição deve ser interpretada considerando:

- a fase de maturação do empreendimento;
- a antecipação de investimentos em relação à geração de receitas;
- a existência de ativos operacionais ainda não plenamente explorados economicamente.

Dessa forma, o patrimônio líquido negativo não caracteriza, isoladamente, situação de insolvência.

8.4 Relação entre Patrimônio Líquido e Estrutura de Investimento

A análise integrada demonstra que o saldo negativo decorre da formação da base patrimonial, especialmente do ativo imobilizado.

CONTA	ATIVOS	VALOR
1	Ativo total	4.042.595,26
2	Ativo Circulante	139.893,51
275	Ativo Não Circulante	3.902.701,75

CONTA	ATIVO NÃO CIRCULANTE	VALOR
342	Imobilizado Líquido	3.765.324,69
680	Patrimônio Líquido	(9.989.778,21)

A diferença entre os valores evidencia que o capital próprio não foi suficiente para absorver os investimentos realizados, sendo complementado por capital de terceiros.

8.5 Impacto do Resultado Acumulado

Os prejuízos acumulados representam o principal fator de redução do patrimônio líquido, sendo resultado de:

- despesas estruturais da fase pré-operacional;
- custos financeiros de financiamento;
- ausência de receitas operacionais recorrentes.

Esses fatores já foram detalhados nas Notas 5 e 6, não havendo indícios de erro ou distorção na apuração.

8.6 Ajustes de Exercícios Anteriores

Os ajustes registrados no patrimônio líquido referem-se a correções de períodos anteriores, devidamente reconhecidas conforme previsto na NBC TG 23.

Tais ajustes não possuem efeito caixa e foram apropriados diretamente no patrimônio líquido, sem transitar pelo resultado do exercício.

8.7 Avaliação sob a Ótica da Continuidade Operacional

Nos termos da NBC TG 26, a análise do patrimônio líquido deve ser acompanhada da avaliação da continuidade operacional.

Nesse sentido, destacam-se os seguintes elementos:

- existência de ativos operacionais relevantes;
- estrutura de financiamento baseada em longo prazo;
- suporte de partes relacionadas;
- ausência de inadimplência relevante;
- expectativa de início de geração de receitas.

Esses fatores indicam que o patrimônio líquido negativo não compromete a continuidade das operações.

8.8 Interpretação Técnica

Sob a ótica da NBC TG Estrutura Conceitual:

- o patrimônio líquido reflete corretamente a posição residual da entidade;
- a mensuração está adequada;
- não há evidência de superavaliação de ativos ou subavaliação de passivos.

A interpretação do saldo deve considerar a essência econômica do negócio e não apenas sua forma contábil.

Diante dos elementos apresentados, conclui-se que:

- o patrimônio líquido negativo decorre da fase de implantação do empreendimento;
- está diretamente associado à antecipação de investimentos e custos estruturais;
- não representa, isoladamente, situação de insolvência;

- encontra-se suportado por estrutura de financiamento adequada;
- possui potencial de reversão com o início das operações e geração de receitas.

Assim, o patrimônio líquido deve ser interpretado como reflexo do ciclo econômico do projeto, sendo compatível com empreendimentos intensivos em capital em fase de maturação.

9. NOTA 9 – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA E SUA EVOLUÇÃO

9.1 Caixa e Equivalentes de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa encontra-se reconciliada com o Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício, tendo sido elaborada pelo método indireto, em conformidade com a NBC TG 03, tendo por finalidade evidenciar as variações ocorridas no caixa e equivalentes de caixa da Companhia, segregadas por atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

Para fins de elaboração da DFC, consideram-se como caixa e equivalentes de caixa os saldos de alta liquidez, disponíveis para uso imediato.

POSIÇÃO DE CAIXA	VALOR
Caixa Inicial	113.985,54
Caixa Final	60.159,02
Varição Líquida de Caixa	(53.826,52)

A redução do caixa decorre do consumo operacional e dos investimentos realizados no período.

9.2 Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

O fluxo operacional reflete a capacidade da Companhia de gerar caixa a partir de suas atividades principais, sendo ajustado a partir do resultado do exercício.

CONTA	FLUXO OPERACIONAL (MÉTODO INDIRETO)	VALOR
716	Resultado do Exercício	(2.601.751,78)
1230	(+) Depreciação	33.087,43
1312	(+) Juros Apropriados sem Efeito de Caixa	1.003.243,29
	(=) Variações de Capital de Giro	(35.783,83)
	(=) Caixa Líquido das Atividades Operacionais	(1.601.204,89)

O fluxo operacional negativo decorre da ausência de receitas operacionais, combinada com a manutenção de despesas estruturais e financeiras.

9.3 Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento

As atividades de investimento refletem a aplicação de recursos na formação e manutenção dos ativos da Companhia.

CONTA	FLUXO DE INVESTIMENTO	VALOR
342	Aplicações no Imobilizado	(261.918,24)
	Caixa Líquido das Atividades de Investimento	(261.918,24)

Esse fluxo evidencia continuidade na formação da base operacional da Companhia, ainda em fase de consolidação.

9.4 Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento

O fluxo de financiamento demonstra as entradas de recursos destinadas à sustentação do empreendimento.

CONTA	FLUXO DE FINANCIAMENTO	VALOR
630	Captação com Partes Relacionadas	2.228.246,61
462	Captação de Empréstimos (FNO/BASA)	0,00
5174	Captação de Empréstimos (Santander)	0,00
1312	Juros Pagos	(418.949,99)
	Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	1.809.296,61

Esse fluxo positivo confirma que a estrutura de capital está sendo utilizada para suportar o ciclo de implantação.

9.5 Reconciliação dos Fluxos

A soma dos fluxos evidencia a variação líquida de caixa no período.

CONTA	VARIAÇÃO DE CAIXA	VALOR
	Caixa Líquido Operacional	(1.601.204,89)
	Caixa Líquido de Investimento	(261.918,24)
	Caixa Líquido de Financiamento	1.809.296,61
	Varição Líquida de Caixa	(53.826,52)
	Caixa Inicial	113.985,54
	Caixa Final	60.159,02

A reconciliação demonstra consistência entre DFC, Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado.

9.6 Relação entre Resultado e Caixa

A diferença entre o resultado contábil e o fluxo de caixa operacional decorre principalmente de itens sem efeito caixa.

AJUSTES RELEVANTES	LEITURA
Juros Apropriados sem Efeito de Caixa	Sem Saída Imediata de Caixa
Depreciação	Despesa não Desembolsável
Variações de Passivos	Ajustes de Competência

Dessa forma, o resultado negativo não corresponde integralmente a saída de caixa no período.

9.7 Interpretação da Liquidez

A análise da liquidez deve considerar a estrutura de financiamento da Companhia, e não apenas o fluxo operacional.

Apesar de o fluxo operacional ser negativo, observa-se que:

- há ingresso relevante de recursos via financiamento;
- o caixa permanece positivo ao final do exercício;
- não há ruptura na capacidade de pagamento de curto prazo.

9.8 Avaliação sob a Ótica das NBCs

Nos termos da NBC TG 03:

- os fluxos estão adequadamente classificados por atividade;
- há consistência com as demais demonstrações;
- a evidenciação atende ao princípio da transparência.

Adicionalmente, conforme a NBC TG 26, a DFC contribui para a compreensão da capacidade financeira da entidade.

A análise da Demonstração dos Fluxos de Caixa permite concluir que:

- o fluxo operacional negativo é compatível com o estágio pré-operacional;
- a Companhia depende de financiamento para sustentação das atividades;
- os investimentos continuam sendo realizados para consolidação da estrutura;
- a variação de caixa encontra-se controlada e devidamente financiada;
- não há evidência de insuficiência de liquidez no curto prazo.

Dessa forma, a DFC evidencia que a Companhia possui **estrutura financeira capaz de suportar o ciclo de implantação**, mantendo sua capacidade de continuidade operacional.

10. NOTA 10 - ANÁLISE ECONÔMICA E ESTÁGIO OPERACIONAL

A Companhia encontra-se em fase avançada de implantação, com ativos operacionais já constituídos no montante de aproximadamente **R\$ 3.765.324,69**, representando cerca de **93,14% do ativo total de R\$ 4.042.595,26**, o que evidencia a consolidação de sua base produtiva.

Esse cenário caracteriza um descompasso temporário entre capacidade instalada e geração de receitas, refletido na receita ainda incipiente de **R\$ 37.218,67** e no resultado do exercício de **(R\$ 2.601.751,78)**, típicos de empreendimentos em fase pré-operacional.

A atuação da Alta Administração tem sido determinante na condução desse processo, com foco na estruturação operacional, gestão dos investimentos e preparação da Companhia para a entrada em operação em escala, observando práticas de governança, planejamento e controle de riscos.

Dessa forma, à luz dos elementos patrimoniais, econômicos e operacionais, conclui-se que a Companhia já dispõe de capacidade instalada suficiente para suportar o início de suas atividades, sendo esperado que a ativação operacional reduza o descompasso atual e promova a geração de receitas, caixa e resultados positivos.

11. NOTA 11 - CONTEXTO SETORIAL, GOVERNANÇA E PERSPECTIVAS

O setor logístico e portuário no eixo Norte do Brasil apresenta elevado potencial de crescimento, impulsionado pela integração multimodal e pela consolidação da navegabilidade da hidrovia do Rio Tocantins, fatores determinantes para a ampliação da eficiência logística e do escoamento de cargas.

Nesse contexto, a Companhia encontra-se estrategicamente posicionada, com **ativo total de R\$ 4.042.595,26**, composto majoritariamente por ativos operacionais já implantados, com destaque para o ativo imobilizado de **R\$ 3.765.324,69**, evidenciando base estrutural consolidada e pronta para utilização em escala.

Adicionalmente, a Administração vem promovendo o fortalecimento da governança corporativa, com ênfase em planejamento estratégico, controle financeiro, gestão de riscos e disciplina no cumprimento das obrigações, assegurando maior previsibilidade e segurança na condução do empreendimento, com destaque para:

- implantação, no exercício de 2025, de programas estruturados de **Compliance e Integridade Corporativa**, voltados à prevenção de riscos, transparência e aderência regulatória, ainda em fase inicial de implementação;
- desenvolvimento de diretrizes para implementação de práticas **Environmental, Social and Governance - ESG**, com previsão de consolidação a partir de 2026 com medidas para que sua implantação seja iniciada ainda neste exercício.

Essas iniciativas posicionam a Companhia em alinhamento com as melhores práticas do mercado, elevando seu grau de atratividade para investidores institucionais e agentes financeiros.

12. NOTA 12 - RISCOS OPERACIONAIS E FINANCEIROS

Os riscos inerentes às operações e à estrutura de capital - com destaque para o passivo de longo prazo de **R\$ 12.648.142,27** - são acompanhados de forma contínua pela Administração, com adoção de práticas de planejamento e controle financeiro compatíveis com a evolução do empreendimento.

Destaca-se, ainda, a implementação do **Programa de Compliance em 2025**, que contribui para o fortalecimento dos controles internos, aumento da transparência e aprimoramento da gestão organizacional.

Adicionalmente, a participação relevante de obrigações com partes relacionadas (**R\$ 9.795.722,98**) proporciona maior flexibilidade na condução financeira, favorecendo a adequada administração dos compromissos assumidos.

A futura adoção de práticas ESG reforça o compromisso da Companhia com governança, sustentabilidade e responsabilidade institucional, ampliando sua confiabilidade perante o mercado.

Dessa forma, conclui-se que os riscos identificados são compatíveis com o estágio do empreendimento e vêm sendo adequadamente acompanhados, não representando impedimento à continuidade operacional ou ao desenvolvimento das atividades.

13. NOTA 13 - CONTINUIDADE OPERACIONAL

A Administração entende que a Companhia reúne condições adequadas para continuidade de suas operações, considerando a **base patrimonial já consolidada** da Companhia, com base nos seguintes pilares estruturantes:

- suporte contínuo de acionistas e partes relacionadas;
- base patrimonial consolidada e já implantada;
- gestão ativa e estratégica conduzida pela Alta Administração;
- implementação de mecanismos robustos de governança corporativa;
- perspectivas concretas de ativação operacional e geração de receitas;
- inserção em ambiente econômico altamente favorável ao setor logístico.

A implantação do programa de Compliance em 2025 e o desenvolvimento das práticas ESG a partir de 2026 representam elementos adicionais de fortalecimento institucional, elevando o nível de governança e reduzindo significativamente riscos operacionais e financeiros.

Dessa forma, a Administração entende que estão plenamente atendidos os pressupostos normativos relativos à continuidade operacional, conforme preconizado pelas normas contábeis vigentes.

14. NOTA 14 - CAPACIDADE INSTALADA E POTENCIAL DE GERAÇÃO DE VALOR

A Companhia detém **ativos estratégicos relevantes**, inseridos em ambiente logístico favorável, com potencial consistente de geração de valor.

A infraestrutura já implantada permite a **integração entre modais** e encontra-se apta a absorver a crescente demanda por serviços logísticos e portuários, evidenciando capacidade operacional instalada.

A Alta Administração vem conduzindo, de forma estratégica, a transição para a fase de monetização dos ativos, com ênfase em eficiência operacional, fortalecimento da governança e desenvolvimento de parcerias, criando condições para **geração de receitas e resultados nos próximos exercícios**.

15. NOTA 15 – RELAÇÃO ENTRE INVESTIMENTO E RETORNO ECONÔMICO

A Companhia possui base de ativos já constituída, com ativo total de **R\$ 4.042.595,26**, dos quais **R\$ 3.765.324,69** correspondem ao ativo imobilizado, evidenciando volume relevante de investimentos direcionados à formação de sua capacidade operacional.

No período, o retorno econômico ainda não se encontra plenamente materializado, refletido na receita de **R\$ 37.218,67** e no resultado de (**R\$ 2.601.751,78**), cenário compatível com o estágio pré-operacional do empreendimento.

Sob essa perspectiva, a relação entre investimento e retorno deve ser analisada em horizonte de médio e longo prazo, uma vez que a infraestrutura já implantada permite a alavancagem operacional, com potencial de conversão dos investimentos realizados em **receitas, geração de caixa e rentabilidade futura**.

Dessa forma, conclui-se que os investimentos realizados constituem base econômica sólida, ainda em processo de maturação, sendo esperado que a evolução das operações promova a adequada relação entre capital investido e retorno econômico.

16. NOTA 16 - DESCRIÇÃO TÉCNICA E ANALÍTICA

Os indicadores atuais refletem o estágio de implantação do empreendimento, caracterizado por **estrutura patrimonial já consolidada** estrutura patrimonial já consolidada e modelo econômico compatível com empreendimentos de infraestrutura em fase de implantação, evidenciando potencial de geração futura de receitas, com base na capacidade instalada e na evolução das condições operacionais do ambiente logístico regional.

Nesse contexto, observa-se liquidez de curto prazo ainda em formação e resultado do exercício de (**R\$ 2.601.751,78**), decorrente, principalmente, da manutenção da estrutura operacional.

Adicionalmente, a composição do passivo reflete estratégia de financiamento voltada à viabilização dos investimentos, em linha com práticas usuais em projetos de infraestrutura.

Importa destacar que a Companhia já dispõe de ativos operacionais relevantes, notadamente o imobilizado de **R\$ 3.765.324,69**, que constitui a base para geração futura de receitas e resultados.

Dessa forma, os indicadores devem ser analisados sob a perspectiva do ciclo de maturação do empreendimento, sendo esperado que a entrada em operação promova **melhoria gradual da liquidez, redução dos níveis de alavancagem e geração de resultados positivos**.

17. NOTA 17 - DESCRIÇÃO TÉCNICA E ANALÍTICA

A análise integrada das demonstrações contábeis evidencia que a Companhia se encontra em fase estruturante de consolidação operacional, caracterizada por investimentos relevantes, ativos plenamente instalados e baixa geração de receitas no curto prazo.

Entretanto, sob a ótica estratégica, a Companhia apresenta fundamentos sólidos para geração futura de valor, sustentados por:

- atuação ativa e qualificada da Alta Administração;
- estrutura patrimonial robusta;
- posicionamento estratégico no setor logístico;
- implementação progressiva de governança corporativa (Compliance e ESG);
- perspectivas concretas de ativação operacional.

Nesse contexto, as demonstrações contábeis devem ser interpretadas como reflexo de um ciclo de investimento e preparação para crescimento, e não como indicativo de fragilidade econômico-financeira.

A Administração reafirma sua confiança na capacidade de geração de valor da Companhia, destacando que os resultados futuros tendem a refletir de forma mais adequada o potencial econômico do empreendimento.

Desta forma, Diante dos elementos apresentados, conclui-se que a Companhia apresenta estrutura patrimonial consistente, modelo de financiamento adequado e capacidade instalada suficiente para geração futura de receitas, estando alinhada ao ciclo econômico de empreendimentos de infraestrutura, não havendo indícios de descontinuidade operacional.

Praia Norte/TO, em 31 de dezembro de 2025

KLAUS WEYAND

Presidente

CPF:216.782.628-11 RG:V222248

ATENTUS CONSULTORIA CONTABIL S/S LTDA

CRC:TO-0000299 CNPJ:08145030000106

WISLEY OLIVEIRA DE SOUSA

Contador

Contador CPF:663.314.201-34 CRC:00000677/0

SANDRA REGINA KRAMER MELLO KLAUS

Administrador

CPF:98552945053 RG:7073637873